



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As atenções no plenário da Câmara Federal nesta semana estão voltadas para:

- O PL 2.405/2021, de autoria do dep. Gustavo Fruet (PDT-PR), que permanece na pauta desde a semana passada. O projeto quer alterar a lei que cria o *Fundo Nacional de Meio Ambiente*, para dispor sobre a aplicação prioritária de recursos em projetos de energia limpa e renovável.
- PL 2.148/2015 – do dep. Jaime Martins (PROS-MG), que estabelece a *redução de tributos para produtos adequados à economia verde de baixo carbono*. A relatora é a dep. Carla Zambelli (PSL-SP). Na semana passada foi aprovado o requerimento de urgência para sua inclusão da pauta do plenário. O PL 528/21, de autoria do dep. Marcelo Ramos (PL-AM), que dispõe sobre a *mercantilização dos créditos de carbono*, encontra-se apensado.
- Haverá *sessão solene em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré*. O requerimento é do dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA). Data: 17/11. Horário: 10h.

COMISSÕES DA CÂMARA

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

- PL 7.104/2014 - do Sr. Jair Bolsonaro - que "acresce inciso ao art. 23, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que institui o Código Penal, para *não caracterizar como crime atos de defesa no interior de domicílio*". Relator: Dep. delegado Éder Mauro (PSD-PA). Data: 16/11.
- PL 138/2019 - da dep. Renata Abreu (PODE-SP) - que "altera a Lei nº 10.201/2001, que institui o *Fundo Nacional de Segurança Pública* (FNSP), e dá outras providências, para dispor sobre a *participação de representantes da sociedade nos conselhos de segurança pública*". Relator: Dep. Marcelo Freixo (PSOL-RJ). Data: 16/11.

Comissão de Legislação Participativa

- Requerimento nº 99/2021 - do dep. Joseildo Ramos (PT-BA) e outros - que "requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão com o tema "*Diálogos Pescadores – Violações de Direitos Humanos, Ambientais e Territoriais*". E propõe que sejam convidados: 1. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP); 2. *Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)*; 3. Ministério Público Federal/6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais; 4. Representante da Defensoria Pública da União (DPU-DF); 5. Instituto Nacional do Seguro Social; 6. Secretaria da Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Data 16/11.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

- PL 9.050/2017 - do dep. Paulo Pimenta (PT-RS) - que "altera a Lei nº 12.846/2013 - Anticorrupção, e o Decreto-

Lei nº 3.689/1941 - Código de Processo Penal, para *destinar preferencialmente à reforma agrária os imóveis rurais perdidos em favor da União*, em razão da prática de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira". Relator: Dep. General Girão (PSL-RN). Data 17/11.

- PL 5.085/2020 - do dep. Nilto Tatto (PT-SP) - que "altera a Lei nº 12.787/2013, para dispor sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação". A Resolução 284/2001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que estabelecia a *política nacional de irrigação*, foi revogada em 2020, criando um vazio que pode causar danos ao meio ambiente. O PL pretende, em nome da proteção dos recursos hídricos e da proteção do arcabouço normativo em matéria ambiental, trazer a questão para a Lei da Política Nacional de Irrigação. Relator: Dep. Rodrigo Agostinho (PSB-SP). Data: 17/11.

- PL 2.963/2021 - do dep. Marreca Filho (PATRIOTA-MA) - que "altera o art. 25 da Lei nº 10.438/2002, para estender às cooperativas e às *colônias de pescadores artesanais os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural*". Data: 17/11.

Comissão de Minas e Energia

- PL 1.961/2021 - do dep. Flávio Nogueira (PDT-PI) - que "*declara a água bem estratégico*, de interesse nacional, de domínio inalienável e imprescindível do Estado, estabelece o acesso à água potável como um direito humano fundamental, proíbe a privatização da utilização e consumo da água da chuva, dos córregos, rios e lagoas e dá outras providências". Relator: Dep. Eduardo Bismarck (PDT-CE). Data: 17/11.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

- Audiência Pública para discutir sobre as inúmeras suspeitas de fraudes relacionadas ao pagamento do "*seguro-desemprego do pescador*", ou "*seguro defeso*". Convidados: Tereza Cristina Correa da Costa Dias - Ministra de Estado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; José Carlos Oliveira - Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Jorge Seif Júnior - Secretário Nacional de Pesca. Data: 17/11. Horário: 11hs.

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

- PL 2.499/2020 - do dep. Eduardo Costa (PTB-PA) - que "*cria área de livre comércio na Mesorregião Geográfica do Marajó e suas microrregiões*". Relatora: Dep. Elcione Barbalho (MDB-PA). Data: 17/11.

- PL 5.172/2020 - do dep. Nelson Barbudo (PSL-MT) - que "*cria a Zona Franca da Biodiversidade da Amazônia Legal*". Relatora: Dep. Mara Rocha (PSDB-AC). Data: 17/11.

SENADO FEDERAL

COMISSÕES DO SENADO

- A audiência pública conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, prevista para o dia 12/11 para tratar o *PL da grilagem* foi cancelada e aguarda nova data.

CONGRESSO NACIONAL

- Existe previsão de sessão do Congresso Nacional para a votação dos diversos vetos, entre eles, alguns relacionados à *agricultura familiar* e à *Lei de Segurança Nacional*.

OUTROS INFORMES

- O Plenário do Senado aprovou na última terça-feira (9/11), em dois turnos, a PEC 29/2020 que transforma a *renda básica* em um direito social. Pelo texto, a Constituição passa a garantir o direito de uma renda mínima, devida pelo Estado, a todo cidadão em situação de vulnerabilidade. A PEC segue para a Câmara dos Deputados.

- GT Mineração – A Deputada Greyce Elias (Avante/MG) relatora do GT apresentou no dia 10/11. O relatório que será discutido no grupo nos próximos dias e na sequência será votado no Plenário. Entre as novidades apresentadas figura *que estados e municípios não necessitem dar anuência para a extração mineral e que as autorizações de pesquisa e concessão de lavra poderão ter registro de licenciamento com aprovação tácita se não houver resposta da Agência de Mineração (ANM) em 180 dias. Também inclui a proibição de criação de unidades de conservação, áreas de proteção ambiental, tombamentos e outras demarcações que restrinjam a atividade minerária sem que ocorra ampla discussão e participação da sociedade, da ANM e dos titulares de direitos minerários abrangidos por estas unidades, bem como análise de impacto econômico de que trata o art. 5º da Lei nº13.874/2019.*

- A reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), do dia 09/11, tratou de temas importantes para o interesse da bancada ruralista. As pautas, que ainda esperam votação na Câmara dos Deputados, receberam atenção especial dos parlamentares no encontro. O senador Acir Gurgacz (PDT-RO), foi mais um parlamentar a voltar atenção ao projeto de lei que trata da Regularização Fundiária, o "*PL da Grilagem*", pedindo sua apreciação e aprovação, na contramão dos movimentos sociais.

- O PL 3179/2012, do dep. Lincoln Portela (PL-MG), que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica, teve parecer apresentado pela relatora, dep. Luiza Canzani (PTB-PR). Assim, o projeto pode ser votado no plenário nos próximos dias. Como é um tema de interesse de grupos religiosos, o polêmico PL, conhecido como *homeschooling*, poderá dominar os debates nos próximos dias, também no âmbito eclesial.

- PL 1.665/2020 – do Dep. Ivan Valente (PSOL-SP) e outros. Dispõe sobre os direitos dos entregadores que prestam serviços a aplicativos de entrega durante o estado de

calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19). Apesar de sua relevância, as condições de trabalho dos entregadores de aplicativos consolidaram-se como as mais precárias entre todos os trabalhadores. São eles os responsáveis pela motocicleta ou bicicleta com as quais realizam suas entregas. Não possuem carteira registrada, jornada de trabalho, salário-mínimo ou seguro contra acidentes ou para doença adquirida durante o exercício de sua atividade.